

PONTO 23º — LIÇÃO 65ª

CONSTITUINTE REPUBLICANA. CONGRESSO E CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1891. PRESIDENCIA DO MARECHAL MÁNUEL
DEODORO DA FONSECA

Por decreto n. 1, de 15 de Novembro de 1889, foi “constituído o Governo Provisorio pelo Exército e pela Armada em nome da Nação”.

Proclamou-se, assim, a *República Federativa*, formando as antigas provincias os *Estados Unidos do Brasil*, estados autonomos e independentes entre si, sendo-lhes facultado decretar seu estatuto constitucional definitivo, assim como eleger seus corpos deliberantes e governos locais.

A ditadura militar deveria administrar a Nação Brasileira enquanto, pelos meios regulares, não se procedesse á eleição do Congresso Constituinte e das legislaturas estaduais, regidos os Estados pelos governadores que houvessem escolhido, ou, em sua falta, por delegados do Governo Provisorio, aos quais competia dar todas as providências á manutenção da ordem e segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos de cidadania, dos nacionais e dos estrangeiros.

As fôrças de terra e mar e todas as repartições civis e militares existentes no país ficavam subordinadas exclusivamente ao poder central, podendo, comtudo, os governos estaduais organizar uma guarda civica, destinada a policiamento dos respectivos territorios.

O antigo Municipio Neutro, assim denominado, desde o Ato Adicional de 1834, passou a chamar-se *Distrito Federal*, sob a administração do Governo Provisorio, representado por um prefeito e, posteriormente, regulado pelas bases de uma lei organica; e

a cidade do Rio de Janeiro foi reconhecida por séde do mesmo govêrno e denominada Capital Federal.

Foram dissolvidas as Camaras e extintos, desde logo, o Senado e o Conselho de Estado; mas reconhecidos todos os compromissos nacionais e tratados preexistentes com as potencias estrangeiras, os relativos á divida pública interna e externa, os contratos e obrigações vigentes, legalmente constituídos.

Com os atos inaugurais do regimen, instituiu-se a bandeira da República (decreto de 19 de Novembro de 1889), conservadas as côres nacionais da antiga insignia, com alterações no desenho, que passou a ser um losango amarelo em campo verde, tendo no meio uma esfera azul, semeada de estrelas e uma faixa com o lema: *Ordem e Progresso*.

Um decreto aboliu os castigos corporais na Marinha, e deu, ás praças do Exército e Armada Nacionais, o indulto dos crimes de primeira e segunda deserções.

Legislou-se sôbre o recenseamento eleitoral da República e sufrágio universal, grande naturalização, liberdade de cultos, com a separação entre a Igreja e o Estado e secularização dos cemiterios (decreto de 7 de Janeiro de 1890), casamento civil (decreto de 24 de Janeiro do mesmo anno); promulgaram-se o Código Penal, leis de organização judiciaria, hipotecarias e sôbre sociedades anonimas.

A 18 de Dezembro de 1889, no mesmo dia em que deixava as aguas da Guanabara o couraçado chileno *Almirante Cochrane*, tendo toda a officialidade de um regimento de artilharia deixado o quartel para comparecer áquella saída, amotinaram-se os soldados e arrombaram a caixa militar, resultando, do conflito então travado, mortes e ferimentos.

O comandante foi prêso incomunicavel, e condenadas cêrca de 150 praças, 10 das quais á pena de fuzilamento, comutada em galês perpétuas.

Correu logo a versão de tratar-se de uma tentativa de conspiração monarquica, insuflada pela imprensa antagonista.

Em consequencia, foi baixado o decreto de 23 de Dezembro de 1889, que instituiu o julgamento sumário por tribunal militar a “todos os que aconselhassem ou promovessem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou indiciplina militar”.

A imprensa foi amordaçada sob a pressão dêsse decreto, cognominado *decreto rôlha*.

Em Novembro de 1890, a despeito das garantias asseguradas pelo sr. Campos Salles, ministro da Justiça, deu-se o assalto, por praças á paisana, á redacção da *A Tribuna*, ex-*Tribuna Liberal*, do qual resultou ser assassinado um operario de nome Romariz.

O Govêrno Provisorio viu desde logo conflagrar-se o Rio Grande do Sul, com o choque dos tres partidos *republicanos*, *gasparistas* e *governistas*; e a capital da Baía, com a deposição do então governador dr. Manuel Victorino Pereira, a 25 de Abril de 1890.

Caracterizou-se a ditadura militar por tres factores, que cedo a fariam sossobrar: a *intolerancia partidária*, que provocou verdadeira *derrubada*, de norte a sul, do funcionalismo, e o *filhotismo*, que a levou a distribuir centenares de favores e concessões, “afogando logo no berço a República, nesse regimen das largas derramas de papel-moeda e das mais odiosas e inqualificaveis indenizações”. (Dunshee de Abranches — *Fastos da Ditadura Militar*.)

O primeiro ministerio do Govêrno Provisorio soufreu várias modificações: a 30 de Janeiro de 1890, saiu Demetrio Ribeiro, substituido por Francisco Glycerio, na pasta da *Agricultura*; a 8 de Fevereiro se-

guinte, Aristides Lobo era substituído por Cesario Alvim, na pasta do *Interior*; em Abril do mesmo ano, creava-se a nova pasta da *Instrução Pública, Correios e Telegrafos*, para a qual foi transferido Benjamin Constant, e nomeado Floriano Peixoto, ministro da *Guerra*.

A 20 de Janeiro de 1890 foi expedido o decreto que mandava conservar o *Hino Nacional* do Brasil. do maestro Francisco Manuel da Silva.

Para a Comissão Especial, creada por decreto de 3 de Dezembro de 1889, afim de elaborar o projeto da Constituição Federal, foram nomeados os drs. Joaquim Saldanha Marinho, presidente; Americo Brasiliense de Almeida Mello, vice-presidente; Antonio Luis dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, vogais.

Em 22 de Junho de 1890, decretou-se a Constituição Provisoria, e convocou-se o Congresso Constituinte Republicano, sendo-lhe fixada por data solene de sua inauguração a do primeiro aniversario da República.

A 15 de Setembro de 1890, procedeu-se á eleição da Constituinte, que se reuniu, no antigo Paço de São Christóvão, a 15 de Novembro seguinte.

Eram, ao todo, 223 os representantes da Assembléa Geral Constituinte Republicana, sob a presidencia do dr. Prudente José de Moraes Barros, um dos proceres da propaganda republicana em São Paulo, eleito por 146 votos contra 81, dados a Saldanha Marinho.

Submetido o projeto ao parecer da Comissão dos 21 (um representante de cada Estado e do Distrito Federal), foi, após relativamente breve discussão, o que muito se deve ao presidente do Congresso Constituinte, dr. Prudente José de Moraes Barros, pro-

mulgada a Constituição Federal, a 24 de Fevereiro de 1891.

Prosseguiu, entretanto, a animosidade entre o ditador, chefe do Governo Provisorio, Deodoro da Fonseca, e seu ministerio, desinteligencia que se agravou até ao pedido de demissão coletiva do mesmo ministerio, a 20 de Janeiro de 1891.

Dous dias após, era nomeado o segundo gabinete, chefiado pelo barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena), do qual faziam parte os conselheiros Tristão de Alencar Araripe, desembargador Antonio Luis Affonso de Carvalho, dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello (que não aceitou), general de divisão Antonio Nicoláu Falcão da Frota e contra-almirante Fortunato Foster Vidal.

Nos termos da *Constituição Federal*, de 24 de Fevereiro de 1891, em seu art. 1º das “Disposições transitorias”, procedeu-se, no dia immediato ao da promulgação da lei basica, á eleição para Presidente da República, sendo, por 129 votos, sufragado num eleitorado composto de 234 constituintes, o nome do marechal Deodoro, fundador da República, contra 97 votos, dados ao dr. Prudente de Moraes; e, para vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto, com 153 votos, contra 57, dados ao almirante Wandenolk.

O maior número de congressistas, em que havia representantes de todas as classes sociais, compunha-se de bachareis em direito, advogados e antigos magistrados, além de muitos medicos, bem assim engenheiros civis, afora dous professores de medicina e quatro lentes da Faculdade de Direito, entre os quais o professor José Hygino Duarte Pereira, um dos *leaders* da primeira Constituinte Republicana.

Deodoro, cujo governo devia ir até 15 de Novembro de 1894, teve de enfrentar a luta partidaria

movida na primeira sessão legislativa do Congresso Nacional.

Deram-se atritos serios, provocados pelas duas correntes militarista e civilista, e a opposição systematica entre os dous poderes chegou a tal ponto, que Deodoro teve de dissolver o Congresso por decreto de 3 de Novembro de 1891.

Em resposta a esse violento golpe de Estado, reuniram-se ainda os membros do Congresso Nacional, lavrando vivo protesto contra a ditadura, que o chefe do Executivo buscava, de novo, implantar no seio da nação brasileira.

A 23 de Novembro, a esquadra, surta na baía do Rio de Janeiro, tendo no seu comando o contra-almirante Custodio José de Mello, intimou o govêrno á deposição.

O marechal Deodoro, que não contava com elementos de resistencia a esse contra-golpe politico, reuniu o ministerio, no palacio de Itamarati, e renunciou, passando o poder ao vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto.

QUADRO SINÓTICO

A 22 de Junho de 1890 decretou-se a Constituição Provisoria.

O Congresso Constituinte Republicano foi eleito a 15 de Setembro dêsse ano e reuniu-se no antigo palacio de São Christóvão (Quinta da Bôa Vista), a 15 de Novembro seguinte, sendo, ao todo, 223 representantes dessa assembléa, sob a presidencia do dr. Prudente José de Moraes Barros, eleito por 146 votos contra 81, dados a Joaquim Saldanha Marinho.

Deodoro, sofreu grande opposição do Congresso, e o dissolveu a 3 de Novembro, tendo sido obrigado a renunciar, em virtude do movimento de 23 de Novembro, chefiado pelo contra-almirante Custodio José de Mello, passando o govêrno ao vice-presidente Floriano Peixoto.

PONTO 23º — LIÇÃO 66ª

GOVÊRNO DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (1891-1894),
REVOLUÇÃO FEDERALISTA DO RIO GRANDE DO SUL
(1893-1895). REVOLTA DA ARMADA NACIONAL
(1893-1894).

O marechal Floriano Peixoto foi o primeiro vice-presidente da República, tendo sido eleito a 25 de Fevereiro de 1891; e, em seguida á renúncia do primeiro presidente, marechal Deodoro da Fonseca, a 23 de Novembro dêsse ano, assumiu a presidencia da República até a conclusão do primeiro periodo, isto é, 15 de Novembro de 1894.

Seu tempo de administração foi dos mais agitados do novo regimen, por movimentos subversivos da ordem pública, valendo-lhe a antonomasia popular de *Marechal de ferro*.

Sem seu concurso decisivo, já foi dito, não se teria proclamado a República a 15 de Novembro de 1889. Foi ainda seu consolidador.

Representa ele para o regimen democratico o que a energia do regente padre Diogo Feijó havia sido para a nascente monarquia constitucional brasileira: evitou a dispersão das forças latentes da nossa nacionalidade, o esfacelamento do Brasil.